

## **O discurso da sustentabilidade formalmente manifestado por uma universidade pública brasileira: revelações de sua produção documental**

### **Autoria**

José Florentino Vieira de Melo - jose.vieira.melo@icloud.com

Outro (Programa de Gestão Pública e Cooperação Internacional) - Universidade Federal da Paraíba

Ana Lucia de Araujo Lima Coelho - ana.coelho@academico.ufpb.br

Outro (66) - Universidade Federal da Paraíba

Outro (Programa de Gestão Pública e Cooperação Internacional - PGPCI) - Universidade Federal da Paraíba

### **Resumo**

Este estudo analisou o discurso da sustentabilidade manifestado por uma instituição pública de ensino superior localizada na região nordeste brasileira, a Universidade Federal da Paraíba, entre os anos de 2009 e 2020. Pesquisa qualitativa exploratória, fez uso da Análise Sociológica do Discurso como metodologia analítica. Utilizou como fonte de dados seus Planos de Desenvolvimento Institucional e Relatórios de Gestão. Aos dados foram feitas perguntas como: Quem fala? De que posição fala? Do que se fala? O que está em jogo? Como se organiza a fala? Tais questionamentos levaram à descoberta de posições discursivas, configurações narrativas e espaços semânticos que revelaram o discurso de uma instituição voltada à sua função social e que se vale do ensino, pesquisa e atividades de extensão para ser ativa no contato com a sociedade, mas que coloca seus desafios internos em segundo plano.

## O discurso da sustentabilidade formalmente manifestado por uma universidade pública brasileira: revelações de sua produção documental

### Resumo

Este estudo analisou o discurso da sustentabilidade manifestado por uma instituição pública de ensino superior localizada na região nordeste brasileira, a Universidade Federal da Paraíba, entre os anos de 2009 e 2020. Pesquisa qualitativa exploratória, fez uso da Análise Sociológica do Discurso como metodologia analítica. Utilizou como fonte de dados seus Planos de Desenvolvimento Institucional e Relatórios de Gestão. Aos dados foram feitas perguntas como: Quem fala? De que posição fala? Do que se fala? O que está em jogo? Como se organiza a fala? Tais questionamentos levaram à descoberta de posições discursivas, configurações narrativas e espaços semânticos que revelaram o discurso de uma instituição voltada à sua função social e que se vale do ensino, pesquisa e atividades de extensão para ser ativa no contato com a sociedade, mas que coloca seus desafios internos em segundo plano.

**Palavras-chave:** análise sociológica do discurso; desenvolvimento sustentável; instituições de ensino superior; sustentabilidade; universidades sustentáveis.

### 1 Introdução

A linguagem representa uma forma de recepção, propagação e reconfiguração das ideias, ferramenta que possibilita as experiências e o aprendizado. Ela tem no discurso uma de suas manifestações, com este assumindo papel de destaque ao exprimir uma rede simbólica de relações entre ideologia e poder. O discurso é objeto de apreciação da Análise Sociológica do Discurso (ASD), metodologia que busca desvendar a maneira pela qual se produz o que é dito, indo além de procurar compreender ou interpretar, mas buscando evidenciar aspectos históricos e ideológicos nas produções textuais (COELHO, 2012).

Esta pesquisa se valeu da ASD para investigar o discurso da sustentabilidade manifestado por uma organização pública, Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) localizada na região nordeste do Brasil, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A referência a *manifestar* remete ao ato de revelar ideias ou pensamentos. Neste sentido, a manifestação de um discurso acontece ao longo do tempo, modificando-se e refletindo os contextos políticos, sociais e ideológicos que o moldaram.

Embora seja corriqueiro ouvir falar em sustentabilidade, estudiosos como Ferrer, Moreira e Jesus (2019) alertam para a falta de compreensão do grande público acerca da abrangência da expressão. Muitos ligam o termo à questão ambiental, esquecendo-se de seu alcance em diversas outras dimensões. Esta observação induziu reflexões: (1) a documentação oficial da UFPB menciona temas relacionados à sustentabilidade?; (2) que ideologias e aspectos históricos, sociais e políticos balizam o discurso da sustentabilidade manifestado pela instituição?; (3) pratica-se o que se propõe?; e (4) o que a UFPB faz ou poderia fazer para se tornar uma universidade sustentável à luz de seus discursos? Este artigo relata uma pesquisa que se valeu da ASD para analisar a seguinte pergunta de investigação, que resume as demais: *como se manifesta o discurso da sustentabilidade em uma instituição federal de ensino superior?*

O estudo teve como fontes de investigação os dois últimos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) apresentados pela UFPB, que vigoraram nos períodos de 2009 a 2013 e 2014 a 2018, bem como o PDI corrente no período de realização da pesquisa, cuja validade se prolongava entre os anos de 2019 a 2023. Desta forma, o marco temporal foi delimitado a partir de 2009, estendendo-se a 2020. Além destes, foram pesquisados os Relatórios de Gestão referentes ao período demarcado. Buscou-se compreender se o que era dito formalmente era posto em prática ou não, e que fatores ideológicos, sociais, históricos ou econômicos influenciaram tanto o discurso manifestado quanto sua materialização na forma de ações.

O objetivo central desta pesquisa consistiu em analisar a manifestação do discurso da sustentabilidade na UFPB. Como aporte à sociedade, buscamos promover a reflexão sobre valores, conflitos e efeitos da prática da sustentabilidade em uma organização pública que atinge milhares de pessoas com seus serviços. Ambicionamos ainda contribuir na divulgação da relevância que práticas voltadas à sustentabilidade podem ter para organizações públicas no que tange a aspectos relativos a economia de recursos financeiros, proteção ambiental e formação de indivíduos melhor preparados para lidar com o tema.

## 2 Revisão de literatura

Na década de 1990, John Elkington se apropriou de termos próprios das práticas organizacionais ao lançar sua definição de sustentabilidade (LAURELL, KARLSONN, LINDGREN, ANDERSSON, & SVENSSON, 2019). Ele observava este conceito como um princípio que assegura que as ações tomadas no presente não limitem a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis no futuro, enumerando problemas como aquecimento global, colapso da pesca oceânica, mortalidade infantil, pobreza e desigualdade social. O autor utilizou um modelo, conhecido como *triple bottom line* (TBL) ou tripé da sustentabilidade, que se baseia em três pilares norteadores das ações empresariais: econômico, social e ambiental. Elkington deixava claro que há uma interdependência entre os suportes, que fluem constantemente devido a pressões políticas, sociais, econômicas e ambientais, e que a real sustentabilidade só é alcançada quando há a coexistência e a cooperação dos três.

Ações pioneiras ligadas à preocupação com a sustentabilidade por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) foram registradas na década de 1990, em concomitância com diversos marcos do movimento ambientalista (ROHRICH & TAKAHASHI, 2019). As Nações Unidas proclamaram, em dezembro de 2002, o período entre os anos de 2005 e 2014 como a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), enfatizando como desafio o estímulo a mudanças de atitude e comportamento nas populações.

Refletindo sobre o contexto da DEDS, Bastos (2016) aponta várias iniciativas de políticas públicas voltadas à educação ambiental (EA) implementadas no Brasil desde a década de 1980, quais sejam: inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado na Constituição Federal de 1988; criação de núcleos de EA pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos centros de EA pelo Ministério da Educação (MEC) em 1992; instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental em 1994; elaboração de parâmetros curriculares pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, nos quais o meio ambiente é incluído como tema transversal, em 1997; aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999.

Em 1999 o Ministério do Meio Ambiente brasileiro lançou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), documento voltado para a construção de uma nova cultura

institucional nos órgãos públicos a partir de estímulos à incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades rotineiras, levando à economia de recursos e à redução de gastos por meio do uso racional dos bens.

Na primeira década do século XXI, os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) representaram uma oportunidade para que tais entidades se adequassem às necessidades não apenas ligadas à DEDS, mas às ideias propagadas por estudiosos do desenvolvimento sustentável ao longo dos anos. Ao pesquisar o assunto, Paula (2018) analisa que as IFES priorizaram, em seus planos, a expansão universitária ligada a tamanho e número de vagas como uma forma de dar acesso ao ensino superior às faixas sociais historicamente marginalizadas.

Em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável promovida pela ONU lançou uma agenda, denominada como “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Neste documento, os países signatários reconheciam que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” e para vencer tal desafio, propuseram 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) a serem alcançados globalmente em um período de quinze anos (ONU, 2019). O Objetivo 4, fixado com o intuito de “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2019), tem como uma de suas metas garantir que todos os estudantes possam ter competências ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz, cidadania e valorização da diversidade cultural.

Aleixo, Leal e Azeiteiro (2018) reconhecem que as IES cumprem papel importante na promoção da sustentabilidade e que os *stakeholders* esperam que elas tomem atitudes enquanto organizações sustentáveis, mas que isto apenas é alcançado ao se superar desafios impostos pelas mais variadas conjunturas, tais quais: a ambiguidade, complexidade e nível de abstração que cercam a noção de sustentabilidade; a falta de fundos e financiamentos voltados especificamente para a implantação de ações sustentáveis; a resistência na aceitação de mudanças de comportamentos, práticas e iniciativas; a rigidez da estrutura organizacional; a falta de compromisso, ciência, interesse e envolvimento de gestores; a carência de treinamento e especialização em sustentabilidade.

Adams (2013) entende que alguns fatores são decisivos para implantar uma cultura voltada à sustentabilidade em IES: (a) liderança proativa; (b) comunicação clara e consistente; (c) a inclusão da sustentabilidade na estratégia organizacional; (d) multidisciplinaridade em cursos e pesquisas; (e) engajamento de estudantes e funcionários; e (f) outras iniciativas que possam desenvolver práticas sustentáveis. Arroyo (2017) resume em quatro as áreas que devem ser consideradas pelos gestores na formatação de uma universidade comprometida com a sustentabilidade: currículo, com a integração de temas correlatos à sustentabilidade nos planos pedagógicos dos cursos; pesquisa, com a inclusão do assunto nos projetos, apoiando ainda a interdisciplinaridade; operações, com a implementação de práticas sustentáveis; e divulgação, apoiando o envolvimento da comunidade e a promoção de debates que aumentem o entendimento geral sobre o tema.

Neste contexto, a universidade sustentável (US) é compreendida como aquela que aplica os conceitos de sustentabilidade em seus *campi*, levando a teoria à prática de modo a contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade (DEA JÚNIOR, ROSA, & SAMPAIO, 2010). A US deve se comprometer com a minimização dos impactos ambientais

gerados por suas atividades, visando ao equilíbrio entre os desafios ambientais, econômicos, sociais e culturais (TOO & BAJRACHARYA, 2015).

### 3 Definições metodológicas

Este trabalho projeta uma análise do discurso da sustentabilidade manifestado por uma instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba, classificando-se como uma pesquisa qualitativa, por apresentar caráter exploratório, enfoque indutivo e por dar prioridade aos aspectos sociais que contribuíram para a formação da realidade que se busca compreender. A exploração de dados se deu por meio da Análise Sociológica do Discurso (ASD), método de exame de tradição espanhola (ALONSO, 1998; IBÁÑEZ, 1985) e que, no Brasil, vem sendo aplicado por Coelho (2012), Godoi, Coelho e Serrano (2014), Godoi e Uchôa (2019), dentre outros estudiosos.

A ASD possibilita captar o não dito em meio aos discursos, de modo a revelar as ideologias que moldam as falas dos sujeitos, e cabe ao pesquisador selecionar os contextos relevantes para a sua investigação. Neste sentido, as fontes de dados selecionadas para a execução da pesquisa foram as seguintes: três Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), que vigoraram entre os anos de 2009 e 2020 (UFPB, 2020); Relatórios de Gestão publicados pela administração da IFES durante o período delimitado pelos PDIs (UFPB, 2019).

Nos trabalhos iniciais, foram criadas hipóteses como primeiro procedimento para a interpretação dos dados, aqui chamadas de *conjeturas pré-analíticas*. Parte-se do pressuposto de que o envolvimento da UFPB com a sustentabilidade aumentou gradativamente no decorrer do tempo.

Os *estilos discursivos* foram identificados no interior de cada fonte e descortinaram ideologias que moldaram as enunciações, e silêncios propositais que camuflaram significados para o que foi dito.

As *posições discursivas* buscaram apreender as perspectivas dos sujeitos sobre o tema, despindo quem falava e de qual posição falava, e identificando a polarização ou não de posições dominantes, a representação social e a generalização do discurso. As *configurações narrativas* procuraram responder às questões: O que está em jogo? O que se quer dizer com o que se disse? Procurou-se captar dimensões, eixos ou vetores que apontassem um rumo comum ao *corpus*, assim como tensões, conflitos e diferenças de posições e opiniões expressas pelos sujeitos.

A análise dos *espaços semânticos* envolveu elementos básicos, tais como principais expressões verbais e simbólicas que configuraram o campo de significações de cada espaço, e os eixos discursivos que vincularam um ou outro atrator semântico. Aqui, buscaram-se respostas às demandas: Do que se fala? Como se organiza a fala? Os procedimentos aqui elencados resultaram em um texto narrativo onde os resultados foram relatados, como exposto a seguir.

### 4 Resultados e discussão

Para a análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional, cada um deles foi lido, por ordem cronológica, com a intenção de se identificar circunstâncias marcantes em suas

produções em aspectos sociais, econômicos, políticos e quaisquer outros que pudessem influenciar as falas ali presentes.

O período entre 2008 e 2012 representa a janela de implantação na UFPB do REUNI. Este programa estava ligado à ideologia predominante no governo federal em exercício naquele momento, que pregava um discurso ligado à criação de programas de redistribuição de renda e à valorização da iniciativa estatal quanto ao combate às desigualdades sociais e regionais. A UFPB se mostrou alinhada ao pensamento governamental ao apresentar o PDI 2009-2012 como uma espécie de *manifesto* em defesa da universidade pública voltada à assistência social e à inclusão de grupos historicamente afastados do protagonismo socioeconômico nacional.

O PDI 2009-2012 não abordou especificamente a sustentabilidade, tendo como precedência a expansão universitária. O documento é permeado pela necessidade de inclusão de grupos sociais minoritários, programas de auxílio a estudantes, programas de pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento regional. A UFPB assumiu uma posição de defensora de uma ideologia: é notável uma compleição patriota voltada não apenas para a nação que se buscava construir, mas também para o enaltecimento da própria instituição. Diversos trechos falam do fortalecimento da imagem da universidade, sua promoção e valorização e também da necessidade de que ela assuma uma posição de protagonista do crescimento econômico da Paraíba em virtude de seu tamanho e de suas pesquisas.

O PDI 2014-2018 foi elaborado pela gestão da UFPB empossada ao final do ano de 2012 e trazia um discurso de afastamento em relação aos gestores em exercício anteriormente. Tinha um formato mais técnico e uma postura neutra, procurando se afastar do tom político do anterior ao falar da consolidação das ampliações e reformas propiciadas pelo REUNI, com a universidade buscando um caminho que conduzisse à sustentabilidade de suas operações em um ambiente de diminuição de recursos financeiros. Enquanto o anterior fazia mais menções a uma UFPB líder e essencial para o desenvolvimento socioeconômico do estado, este PDI se mostrou comedido no uso de adjetivos e palavras superlativas.

O documento inovou ao tratar de sustentabilidade à medida em que adentrava no universo ambiental: havia um tópico chamado de *responsabilidade socioambiental da instituição* no qual o leitor era informado da criação de uma Comissão de Gestão Ambiental (CGA) em 2013, responsável pela formulação, execução e acompanhamento de políticas de gestão ambiental e que deveria investir em programas de recolhimento de lâmpadas fluorescentes, de coleta seletiva, de trote verde para alunos novatos (via conscientização e plantio de espécies nativas nas reservas de mata da universidade), monitoramento de pontos de consumo e desperdício de água no *campus*, e criação de corredores ecológicos para os animais que habitavam reservas de mata dentro dos *campi*.

Quanto ao PDI 2019-2023, logo a princípio se nota o uso de um novo formato. O documento aparentou ser mais técnico que os anteriores ao apresentar um esquema baseado em objetivos estratégicos, metas e indicadores. Procurou reafirmar seu caráter democrático ao informar sobre a promoção de rodadas de debates que, segundo o texto, envolveram representantes de toda a universidade. Colocou a necessidade de a instituição cumprir o seu papel social de formar profissionais de excelência e com responsabilidade social, além de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do país e para isso o planejamento estratégico foi dividido em diversas seções que vão da gestão orçamentária à gestão de pessoas, das políticas de ensino às ambientais.

Há uma clara evolução da preocupação com a responsabilidade socioambiental, notável ao se analisar o modo pelo qual o documento fez referência à política ambiental aprovada pela instituição em 2018. Este PDI é o que dedica mais espaço à sustentabilidade, abordando o assunto como um objetivo (promover eficiência energética, uso sustentável dos recursos naturais e tratamento adequado dos resíduos).

É notória a evolução gradual, nos PDIs, do tratamento dispensado às questões relativas à sustentabilidade, o que corrobora a conjectura pré-analítica levantada. Se antes a responsabilidade social era a única dimensão contemplada, o último PDI abordou diversos temas correlatos à sustentabilidade. Das quatro áreas relevantes para a formatação de umas IES sustentável defendidas por Arroyo (2017), os PDIs, de modo geral, direcionaram seus focos ao campo das operações, com menções tímidas a currículo, pesquisa e divulgação.

No que tange aos Relatórios de Gestão (RGs), o período delimitado para esta análise corresponde ao tempo de duração dos três PDIs apresentados, começando em 2009 e se estendendo até 2019, o mais atual até o momento de realização do estudo. Apesar de haver uma padronização imposta pelos órgãos de controle, cada instituição mantém algum grau de liberdade para descrever suas atividades durante o respectivo exercício financeiro. Desta forma, aqui não nos fixamos em uma análise de regras, mas nos modos por meio dos quais a administração da UFPB expôs suas realizações e seus desafios, buscando assim compreender que conjunturas moldaram as escolhas institucionais relativamente às ações efetuadas e às formas de relatá-las à sociedade.

Após uma leitura de cada relatório, foi possível identificar semelhanças e diferenças entre as feições de apresentação do conteúdo e o tom em que se proferiu a fala. Posteriores releituras levaram à percepção de continuidade no tom do discurso externado em relatos produzidos em anos consecutivos, geralmente ligados a contextos que se repetiam. Isto culminou no agrupamento dos documentos de acordo com as semelhanças de suas composições, facilitando assim a assimilação destes contextos.

Os relatórios de 2009 a 2011 retrataram um período de fartura financeira na UFPB, ligado aos recursos advindos do programa REUNI. O PDI em vigor no momento era o 2009-2012. Como os três relatórios foram elaborados por uma mesma administração, é perceptível a semelhança entre eles: externavam o posicionamento institucional ante os contextos político-sociais e apresentavam seu projeto de expansão, respeitando os posicionamentos do PDI 2009-2012, também redigido por esta gestão. Defendia-se a necessidade de a UFPB assumir o papel de protagonista do desenvolvimento regional. Por outro lado, dedicou-se tempo a expor dificuldades relacionadas à implantação de mudanças administrativas, colocando-se a culpa em causas exógenas (políticas públicas) e endógenas (resistência dos servidores a mudanças).

Por sua vez, os relatórios de 2012 e 2013 descortinaram um momento de transição na UFPB. Em novembro de 2012 tomaram posse novos gestores, responsáveis pela elaboração de relatórios que descreveriam atos efetuados sob a ótica de um período de expansão que se encerrava. A gestão recém-empossada, ao mesmo tempo em que carecia se legitimar perante a comunidade acadêmica, prestava contas de atos alheios à sua administração e elaborava um novo PDI. A linguagem usada nos relatórios é mais técnica, mantendo afastamento de polêmicas e buscando um tom menos político, embora em alguns momentos remeta ao discurso da gestão anterior, em particular no tocante a dificuldades relativas à promoção de mudanças na cultura organizacional.

O relatório de 2014 ostentou um tom diferente dos anteriores. Foi o primeiro elaborado inteiramente pela nova gestão. O texto foi produzido em formato mais técnico: além de explicar as ações da UFPB no ano em questão, apresentou o PDI 2014-2018 e elencou as conexões dos atos executados com as metas estabelecidas naquele documento. O RG remetia a uma cartilha onde se detalhavam os compromissos assumidos para o período iniciado naquele ano – fez uso de uma fala mais ponderada mas não menos política, ao assumir uma posição de concordância com os planos de gestão do governo federal, embora de modo mais reservado.

A instituição, ao falar de seu sistema de governança, corroborou o PDI 2014-2018 ao fazer referência à existência de três comissões cujos escopos se conectavam com a sustentabilidade: a de Gestão Ambiental, a de Inclusão e Acessibilidade e a de Bem-Estar Animal. Além disto, pela primeira vez algum tempo foi dedicado à especificação de atividades da IFES voltadas à sustentabilidade tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão, esta última ganhando destaque por ser compreendida como uma forma de efetivar políticas de parceria no desenvolvimento socioeconômico da região nordeste, indo além do estado da Paraíba.

Os RGs dos três anos seguintes demonstraram amadurecimento em relação ao de 2014. Da mesma forma que este, a linguagem era técnica, ainda que o discurso já não fosse tão conciliador. Os gestores então em exercício foram reeleitos, demonstrando ter maior legitimidade para a proposição de mudanças administrativas. Nos três relatórios foram encontradas menções a greves de funcionários e ao quanto estas impactaram negativamente: o discurso dizia se afastar de julgamentos, mas parece que estes estavam presentes de forma velada. Os elaboradores dos três relatórios mencionaram a Agenda A3P, ao esclarecer que os gestores da UFPB não acharam necessário aderir ao programa por entender que a instituição realizava ações que iam além do que era indicado naquele documento, embora não tenham mencionado quais estas seriam.

É nítido o avanço do discurso da sustentabilidade no relatório de 2017, que dedicou espaço para informar sobre a Comissão de Gestão Ambiental. De acordo com os dados fornecidos, havia a preocupação com o gerenciamento das reservas de mata virgem presentes nos *campi*, no sentido de proteger flora e fauna, e com a busca do engajamento de alunos e de servidores por meio de atos como diminuição do consumo de papel, de cartuchos e *toners*, de água e de energia. Tais preocupações, além de se encaixarem nos objetivos dos ODS, estavam próximas das diretrizes da A3P, em particular aquelas referentes ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, e da sensibilização e capacitação dos servidores. Condiziam ainda com a política ambiental da universidade, que seria aprovada no ano seguinte.

Os relatórios de 2018 e 2019 denotaram um novo momento. A administração passou a se comportar como se precisasse mostrar à sociedade seu apreço pela democracia e pela transparência e começou a levantar mais fortemente a bandeira de defesa da independência financeira, política e pedagógica frente ao gerenciamento federal da educação. Além de terem sofrido um corte considerável de receitas em decorrência da aprovação de uma emenda constitucional, ainda em 2016, as IFES passaram a lidar com restrições orçamentárias frequentes. Neste contexto, os administradores da UFPB reforçaram seu discurso político.

O discurso da sustentabilidade aparentou estar mais internalizado em meio às ações informadas. As políticas de gestão ressoavam atitudes sustentáveis, com uma atenção maior para a redução no consumo de recursos naturais, redução no uso de papel e de cartuchos de impressão, bem como redução de resíduos poluentes. Estes discursos vinham se amplificando

desde o relatório de 2014, dando a impressão de que os gestores precisaram deste tempo para internalizar conceitos de responsabilidade socioambiental, ainda que parte das ações remetesse mais à necessidade urgente de redução nos gastos da IFES.

A percepção de que a universidade foi, no decorrer do tempo, dando maior atenção a questões ligadas à sustentabilidade parece ir ao encontro da conjectura por nós levantada. Em relação às áreas que formam uma universidade sustentável detalhadas por Arroyo (2017), nos primeiros relatórios nenhuma era contemplada, situação que aos poucos mudou. Adentrou-se 2019 com uma tentativa de equilibrá-los, embora seja notável que o discurso privilegiava as operações e a pesquisa, dando menor espaço para uma divulgação capaz de engajar a sociedade ou para mudanças curriculares voltadas à integração de temas ligados a sustentabilidade nos planos dos cursos.

Entendemos que a UFPB prioriza, em seus dizeres, os objetivos ligados à dimensão social da sustentabilidade. Fica aparente no discurso o quanto a missão de gerar benefícios à sociedade está internalizada na cultura organizacional – percebemos isto desde as primeiras análises dos PDIs e dos RGs mais antigos, contudo tal fenômeno pode ser derivado de questões ainda mais remotas. A própria origem da UFPB já demonstra um desejo de interiorização das atividades, de modo a atingir pessoas para quem o ensino superior nunca foi opção devido a impedimentos geográficos, financeiros ou sociais.

Verifica-se, ao longo da análise, que a instituição buscou se manter ativa em meio a períodos de dificuldades financeiras e em momentos onde o ensino público foi alçado a política governamental. Em ambos há uma atenção às necessidades do mercado de trabalho e aos anseios das minorias sociais, com uma UFPB que tentava agir dentro de suas possibilidades para se conservar atualizada e socioeconomicamente relevante. Neste cenário, a educação ambiental e o incentivo ao pensar sustentável estiveram presentes, mas sem galgarem o patamar de prioridade nas políticas pedagógicas e de gestão, sendo trazidas à tona de acordo com a temática e a conveniência das pesquisas e projetos de extensão e com a visibilidade e relevância sazonal do tema na grande mídia e nos eventos acadêmicos.

## **5 Considerações finais**

Com base nos resultados apresentados, fica evidenciado que o discurso da sustentabilidade manifestado pela UFPB leva em consideração, majoritariamente, o campo social no que se relaciona ao desenvolvimento de pesquisas, projetos de extensão e políticas conjuntas com o poder público e com empresas privadas que possam repercutir positivamente em comunidades que enfrentem dificuldades ligadas a problemas ambientais e dificuldades socioeconômicas advindas de um histórico de exclusão social e de poucas oportunidades para desenvolvimento profissional. A instituição procura espalhar conhecimento acerca de planos sustentáveis como os ODS ao promover eventos voltados a gestores públicos, mas não há um planejamento forte ligado à sua implantação na própria estrutura.

Atos como a aprovação de uma política ambiental não repercutem na realidade observada por falta de incentivos e, desta forma, desaceleram ações que poderiam impactar a universidade positivamente, seja no campo orçamentário, na sua reputação, na sua imagem diante da sociedade, ou no próprio alcance e efetividade de suas políticas externas.

Ao analisar o discurso, algumas perguntas foram feitas a fim de encontrar respostas que facilitassem a compreensão de falas e silêncios, e a construção da realidade observada pelos sujeitos discursivos:

a) *Quem fala?* A Universidade Federal da Paraíba, entidade responsável pela elaboração do discurso. Nele, prioriza uma das dimensões da sustentabilidade externadas no *triple bottom line*, a social.

b) *De que posição fala?* Uma organização pública, sem fins lucrativos, existente para diminuir desigualdades sociais e promover bem estar social e desenvolvimento econômico ao direcionar o foco de suas funções principais: ensino, pesquisa e extensão.

c) *Do que se fala?* Do planejamento organizacional com vistas ao alcance de seus objetivos, ligados ao ensino de qualidade e ao envolvimento com a sociedade no sentido de diminuir desigualdades sociais e incentivar o desenvolvimento econômico regional. É manifesto que a universidade almeja ser o centro desenvolvedor de políticas que preservem a cultura e os ecossistemas regionais.

d) *O que está em jogo?* A amenização de desigualdades socioeconômicas regionais e a inclusão, no processo econômico, de camadas da sociedade historicamente excluídas. A continuidade e ampliação dos trabalhos desenvolvidos sofre revezes devido a contextos de dificuldades financeiras, o que expressa pouca clareza da instituição quanto a benefícios neste sentido que poderiam decorrer de práticas sustentáveis;

e) *Como se organiza a fala?* O discurso procura manifestar o entendimento da responsabilidade socioambiental da organização e sua posição de incentivo à transparência e ao diálogo interinstitucional. Ao longo dos anos o discurso eminentemente social sede espaço a aspectos ambientais, mantendo-se politicamente correto e com lentes voltadas ao mundo exterior.

Orientamos que se dê continuidade à análise dos PDIs e RGs pois tais documentos apresentam de maneira contundente a história do período que se deseja estudar. Sugerimos uma retomada posterior da análise do discurso da própria UFPB para que se possa tecer comparações com os achados desta pesquisa, obtendo-se assim uma visão mais ampla sobre a evolução do discurso da sustentabilidade manifestado por esta instituição ao longo do tempo.

Esperamos que este estudo sirva como um estímulo à reflexão na organização pesquisada, assim facilitando a adoção de ações mais proativas ligadas à promoção da sustentabilidade não apenas externamente, mas voltada a seu próprio espaço e sua própria comunidade. Entendemos que uma gestão mais inteirada da relevância que tem o pensamento sustentável pode contribuir decisivamente para o processo de livre experimentação, reflexão e fomento de uma educação ética, crítica e comprometida com o viver em comunidade, com a conservação dos recursos naturais e com a justiça social.

## Referências

- ADAMS, C. A. (2013). Sustainability reporting and performance management in universities. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 4(1), 384-392. doi: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2012-0044>
- ALEIXO, A. M., LEAL, S., & AZEITEIRO, U. M. (2018). Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: an exploratory study in Portugal. *Journal of Cleaner Production*, 172(1), 1664-1673. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.11.010>
- ALONSO, L. E. (1998). *La mirada cualitativa en sociologia*. Madrid: Fundamentos.

- ARROYO, P. (2017). A new taxonomy for examining the multi-role of campus sustainability assessments in organizational change. *Journal of Cleaner Production*, 140(1), 1763-1774. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.08.100>
- BASTOS, A. M. (2016). Dossiê DEDS (2005 a 2014) - a década da educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- COELHO, A. L. A. L. (2012). Construção do discurso da sustentabilidade: uma prática de análise sociológica do discurso no campo organizacional (Tese de doutorado). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, SC, Brasil.
- DEA JÚNIOR, J. G., ROSA, I. M., & SAMPAIO, C. P. (2010). Diretrizes ambientais para um campus sustentável avaliadas pela ótica do design. *Projetica*, 1(1), 172–194. doi: <http://doi.org/10.5433/2236-2207.2010v1n1p146>
- FERRER, F. C. S., MOREIRA, J. R., & JESUS, J. S. (2019). A responsabilidade social das empresas: uma análise além do discurso organizacional. *Revista Negócios em Projeção*, 10(1), 205-219. doi: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v8e12019789-792>
- GODOI, C. K., COELHO, A. L. A. L., & SERRANO, A. (2014). Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. *Revista O&S*, 21(70), 509-536. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302014000300009>
- GODOI, C. K., & UCHÔA, A. G. F. (2019). Metodologia de análise sociológica discursivo-imagética: possibilidades aos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 26(91), 776-794. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9260918>
- IBÁÑEZ, J. (1985). Del algoritmo al sujeto: perspectivas de la investigación social. Madrid: Siglo XXI.
- LAURELL, H., KARLSONN, N., LINDGREN, J., ANDERSSON, S., & SVENSSON, G. (2019). Re-testing and validating a triple bottom line dominant logic for business sustainability. *Management of Environmental Quality*, 30(3), 518-537. doi: <https://doi.org/10.1108/MEQ-02-2018-0024>
- ONU. (2019). 17 objetivos para transformar nosso mundo. *Organização das Nações Unidas*. Recuperado em 01 de março de 2020 de <https://nacoesunidas.org/pos2015/>
- PAULA, C. H. (2018). A influência do REUNI sobre o desempenho das instituições federais de ensino superior (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.
- ROHRICH, S. S., & TAKAHASHI, A. R. W. (2019). Sustentabilidade ambiental em instituições de ensino superior: um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. *Gestão & Produção*, 26(2), 1-13. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-530x2861-19>
- TOO, L., & BAJRACHARYA, B. (2015). Sustainable campus: engaging the community in sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(1), 57-71. doi: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2013-0080>
- UFPB. (2019). Relatórios de gestão. *Universidade Federal da Paraíba*. Recuperado em 12 de dezembro de 2019 de <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>
- UFPB. (2020). Planos de desenvolvimento institucional. *Universidade Federal da Paraíba*. Recuperado em 20 de março de 2020 de <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/pdi>